



CURITIBA



CURITIBA S.A.

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR : N.º 3583/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 57-000.166/2018
PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 005/2018

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A comunica aos interessados, que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, cujo Edital assim se resume:


OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para confecção e fornecimento de 50 (cinquenta) placas em chapa de aço galvanizado (# 28), com adesivos com recorte eletrônico reflexivos, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do respectivo Edital, bem como as características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

PROPOSTAS: Serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no dia **19 de OUTUBRO de 2018 das 09h às 09h30min**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem através de outro meio que não seja o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

LANCES: Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, no dia **19 de OUTUBRO de 2018 das 09h35min às 10h**.

EDITAL: Os interessados poderão efetuar o download do Edital de Embasamento, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

Curitiba, 28 de Setembro de 2018.

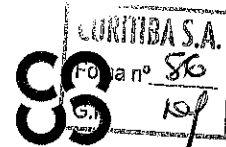

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES

Matrícula n.º 81.599 - CURITIBA S.A.

PREGOEIRO



CURITIBA



CURITIBA S.A.

2.2. A Equipe de Apoio designado através da Portaria nº. 001/2018 – CURITIBA S/A, para este Pregão Eletrônico será formada por:

- ADRIANE ORCHEL
- MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS

2.3. Na ausência do Pregoeiro responsável, o presente pregão poderá ser conduzido e julgado por um dos Pregoeiros que fazem parte da equipe de apoio ou ainda, na impossibilidade, por outro indicado pela autoridade competente.

2.4. O julgamento da licitação dar-se-á pelo Pregoeiro com base nas condições previstas em edital, entretanto quando houver necessidade de análise técnica, a área solicitante ficará responsável por esta análise.

2.5. Ao Pregoeiro não será atribuída responsabilidade pela definição do objeto, demais condições para a licitação, bem como da análise técnica, sendo o julgamento vinculado à manifestação da área solicitante.

3 - OBJETO

3.1. Para fins deste Pregão Eletrônico, o objeto se constitui na **contratação de empresa para confecção e fornecimento de 50 (cinquenta) placas em chapa de aço galvanizado (# 28), com adesivos com recorte eletrônico reflexivos, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do respectivo Edital, bem como as características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).**

3.2. O formulário-proposta eletrônico está disponível no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba na forma de Lista de Itens do Processo, onde estão descritas as seguintes informações para cada item: número do item, especificações, quantidade, unidade de compra, valor de referência, prazo de entrega, local de entrega, grupo e subgrupo e histórico de preço.

3.3. Conforme o artigo 31 da Lei Federal no 8.078/90 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

19/1



CURITIBA



CURITIBA S.A.

❖ aorchel@curitibasa.com.br

❖ marcussantos@curitibasa.com.br

b) As solicitações feitas fora do prazo previsto no item 4.4 não serão respondidas.

c) O presente edital e as demais informações correlatas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br>

4.5. Impugnação - Conforme disposto no Decreto Municipal n.º 413/2015, fica instituído acesso eletrônico para a impugnação, nos procedimentos de contratações eletrônicas, no site (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), sendo que qualquer interessado poderá até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas impugnar o ato convocatório do Pregão, de acordo com o disposto no art. 21 e parágrafos do Decreto Municipal n.º 1.235/2003.

4.6. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por funcionários da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A., não serão considerados nem aceitos como argumentos para reclamações, impugnações ou reivindicações por parte das proponentes.

4.7. As impugnações também poderão ser protocoladas na Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A. ou encaminhados aos endereços eletrônicos indicados neste edital.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Somente poderão participar da presente Licitação, microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e seus alterações, sendo estas, empresas regularmente estabelecidas no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam ligados ao objeto do presente Pregão Eletrônico, que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e que estejam cadastradas no site e-Compras Curitiba www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

5.2. Para participação neste Pregão, microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, deverão estar cadastradas nesta qualidade no Sistema de Registro Cadastral do Município de Curitiba, nos termos da legislação vigente, com toda documentação exigida, sob pena de inabilitação.

5.2.1. Não poderão participar desta licitação microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que se



CURITIBA



a) A inexistência de fato impeditivo da habilitação, nos termos do artigo 32, § 2º, da Lei nº 8666/93.

b) que não se enquadra em nenhuma das situações previstas no art. 9º, da Lei 8666/93.

c) que não possui em seu quadro funcional menor de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (artigo 27, inciso V da Lei nº 8666/93).

d) que conhece e aceita o regulamento do Sistema e-Compras Curitiba.

e) que está enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

f) que não está inscrito no cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública, de que trata a Instrução Normativa nº 37, de 19 de dezembro de 2009, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

5.9. A informação falsa por parte dos interessados acarretará na aplicação das penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1.235/2003, sem prejuízo da proposição de ação judicial competente.

6 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. As propostas serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no dia **19 de OUTUBRO de 2018** das **09h às 09h30min**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem em outro meio que não através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

6.1.1. Até a data e hora da abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.2. Para acessar o formulário para o envio da proposta, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (<http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br>) e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao E-Compras Curitiba.

6.3. A Proposta de Preço deverá ser formulada e enviada por meio do sistema eletrônico, em formulário específico, contendo o VALOR DO ITEM.



CURITIBA



CURITIBA S.A.

6.6. Após o envio da proposta, não será mais possível a sua desistência ou retirada, sendo a licitante responsável por todas as informações por ela disponibilizada.

6.7. A licitante será responsabilizada por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.7.1. Em caso de empate na apresentação das propostas, será efetuado sorteio, conforme Art. 45 da Lei Federal 8.666/1993.

6.8. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias a contar da data de seu envio para o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba. Decorrido este prazo sem que haja convocação para a contratação, ficam as proponentes liberadas dos compromissos assumidos.

6.8.1. Em casos excepcionais, o licitador poderá solicitar as proponentes uma prorrogação específica no prazo de validade. A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito. No caso da proponente recusar-se a estender o prazo de validade de sua proposta, a mesma será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilação do prazo solicitado, não será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para argüir futuramente qualquer alteração de preços.

6.9. Caso o(s) preço(s) máximo(s) esteja(m) sendo indicado(s) na tela dos envio das propostas deste processo licitatório, as propostas deverão a ele se limitar, não podendo os interessados oferecerem preços superiores ao indicado, sob pena de recusa pelo sistema e desclassificação da proposta.

6.10. Qualquer proposta enviada por fac-símile, entregue ao Pregoeiro ou encaminhada via postal, não será aceita. Somente proposta enviada através da Internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

6.11. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão por parte do fornecedor ou de funcionário.

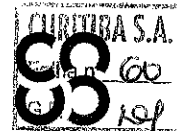
6.12. Caso a licitante deixe de colocar o modelo correspondente à marca indicada na proposta, após a fase de lances, o pregoeiro verificará amostras, catálogos, para constatar se houve cotação conforme o exigido em edital. Caso a marca ofertada possua mais de um modelo, a licitante deverá informar ao pregoeiro qual o modelo que foi cotado, ficando ciente que é vedada à troca de marca. A licitante deverá atender as especificações mínimas conforme exigências previstas em edital.

6.13. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da

pl



CURITIBA



CURITIBA S.A.

7.8.2. No preço do lance deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todas as despesas, tributos, embalagem, transporte (carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver), toda e qualquer outras taxas e tributos que incidam, ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

7.9. A qualquer momento o Pregoeiro poderá desclassificar um ou mais lances que não atenderem às exigências do Edital e do artigo 44 da Lei nº 8.666/93, bem como os lances com preços excessivos ou manifestamente inexecutáveis. A desclassificação de lances deverá ser devidamente fundamentada.

7.10. As dúvidas, relativas a fase de lances, que eventualmente surgirem durante a sessão pública via internet, serão resolvidas pelo Pregoeiro devidamente designado para o presente processo licitatório, através do "chat" de conversação. É expressamente vedada a identificação do proponente que eventualmente se pronunciou no chat de conversação, sob pena de desclassificação;

7.11. A qualquer momento, o Pregoeiro poderá bloquear a participação de um fornecedor que não esteja atendendo ao regulamento do Pregão Eletrônico, tumultuando o processo, tentando identificar-se, ou, ainda, daquele que se identifique durante a sessão de lances.

7.12. A partir do menor preço ofertado, os interessados poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para o envio, sendo as empresas participantes responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome durante a sessão, assumindo seus lances como firmes e verdadeiros. Não lhe cabendo direito de pleitear qualquer alteração, ressalvada a possibilidade de redução do valor ofertado, mediante negociação com o Pregoeiro.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação de seu detentor.

7.14. Os lances deverão ser inferiores ao último apresentado ou de mesmo valor. No caso de persistir o empate de lances, após o término do processo, será considerado para julgamento da habilitação o lance que for recebido em primeiro lugar. Não havendo como identificar qual foi o lance recebido em primeiro lugar, será procedido o sorteio, nos termos do art. 45, §2º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

7.15. A qualquer momento durante a sessão de lances, o Pregoeiro poderá informar o preço máximo para o item, preço este que deverá ser atendido pelos participantes, sob pena de desclassificação do item.

7.16. Neste Pregão Eletrônico serão aceitos lances intermediários.

109



CURITIBA



CURITIBA S.A.

7.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.25. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.26. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

7.27. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O presente Pregão Eletrônico é do tipo “**menor preço**”.

8.1.1. O julgamento do processo será feito pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

8.2. Após o encerramento da sessão para envio dos lances, será informada a lista de empresas classificadas com os menores lances. A partir desta lista de classificados, o Pregoeiro e sua equipe de apoio farão o julgamento, e posteriormente, será emitida e publicada a lista de vencedores do processo licitatório no Portal de Compras do Município de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

8.2.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso em cada item, para que seja obtida melhor proposta, o critério de julgamento e o valor de referência, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

8.2.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

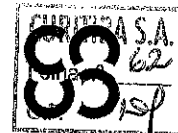
8.3. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.4. O(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao atendimento das especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I deste

pl



CURITIBA



CURITIBA S.A.

8.6.2. Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do preço praticado no mercado, aferindo-se este através do custo médio verificado pela seção competente desta Companhia, o qual poderá ser verificado pelos interessados mediante solicitação ao Pregoeiro, no curso da sessão pública.

8.6.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de percentual de desconto, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

8.6.3.1. questionamento junto à proponente para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

8.6.3.2. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

8.6.3.3. verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

8.6.3.4. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;

8.6.3.5. estudos setoriais;

8.6.3.6. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

8.6.3.7. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a contratação dos serviços objeto deste certame;

8.6.3.8. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8.6.3.9. pesquisa de preço com prestadores dos serviços de mesma natureza;

8.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

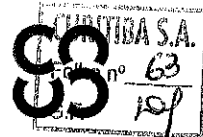
8.8. O não atendimento às diligências, para correção ou justificativa de eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro implicará na desclassificação da proposta.

8.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos apresentados, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a data e a hora de sua reabertura.

pl



CURITIBA



CURITIBA S.A.

9.3. A Relação de Fornecedor será rubricada pelo Pregoeiro. A validade dos documentos será conferida e, no caso da data de qualquer documento solicitado estar vencida, a(s) licitante(s) será(ão) INABILITADA(S). Ressalva-se a hipótese de os documentos estarem disponíveis na internet. Este documento fará parte do processo licitatório.

9.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, contado a partir do momento que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, conforme legislação vigente.

9.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções, nos termos da legislação vigente.

9.5. Conforme o Decreto Municipal nº 415/2015 é de responsabilidade da empresa licitante a manutenção das datas atualizadas dos documentos.

9.6. Os documentos que não constarem em seu texto o prazo de validade deverão ser apresentados com expedição máxima de 03 (três) meses, a contar da data de sua emissão à exceção de atestado de capacidade técnica.

9.7. Os documentos emitidos (Relação de Fornecedor) das empresas participantes, utilizados no julgamento da habilitação ficarão à disposição dos interessados.

9.8. Nos termos do Decreto Municipal n.º 2.038/2017, será inabilitada a empresa que tiver sido declarada inidônea ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública por qualquer esfera federativa, enquanto durarem os efeitos da sanção.

9.9. O Pregoeiro poderá consultar, na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública, de que trata a Instrução Normativa TCE/PR nº 37, de 19 de dezembro de 2009 ou outros cadastros similares.

10 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO

10.1. A ausência de manifestação motivada da licitante para interposição do recurso dentro do prazo estabelecido ou o julgamento do recurso interposto importará na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante declarada vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação do procedimento, desde que constatada a regularidade dos atos praticados.

pl



CURITIBA



12.1. Após a entrega do objeto licitado, a Nota Fiscal, devidamente assinada pelo gestor do contrato ou servidor nomeado para seu recebimento (nos termos do Decreto 49/2007), deverá ser distribuída para o órgão requisitante.

OBS: A Nota Fiscal deverá ter como destinatário:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A, CNPJ: 76.493.899/0001-93, INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO, RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 45, CEP: 80.010-180, CENTRO, CURITIBA – PR.

12.1.1 - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de boleto ou depósito bancário em conta corrente do CONTRATADO, até 15 (quinze) dias, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura devidamente certificada pelo setor competente, que deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, da da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica), Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica), certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), bem como outras Certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

12.1.2 - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

12.1.3 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.1.4 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.1.5 - O valor global da contratação será paga em uma única parcela, com primeiro vencimento conforme previsto no item 12.1.

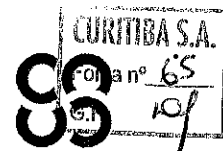
12.1.6. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na licitação.

12.2. No corpo da Nota Fiscal, ou em campo apropriado, deverá ser informado o(s) número(s) da(s) nota(s) de pagamento(s)/autorização(ões) correspondente(s) ou da Autorização de Fornecimento, se for o caso.

12.3. As notas fiscais e faturas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional. *pl*



CURITIBA



CURITIBA S.A.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Após a emissão da Nota de Pagamento ou da Autorização de Fornecimento, as partes assumem obrigações recíprocas.

14.1.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

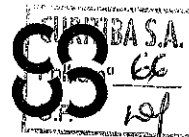
14.1.1.1 Quanto à execução dos serviços, entrega dos materiais e outras obrigações:

- I. Manifestar-se, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pelo Contratante, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto licitado;
- II. Cumprir rigorosamente com o objeto do Termo de Referência, parte integrante deste edital, de acordo com as especificações nele, bem como na legislação em vigor;
- III. Entregar o objeto licitado obedecendo rigorosamente todos os itens do Termo de Referência, parte integrante deste edital;
- IV. Executar o serviço solicitado pela contratante obedecendo aos quantitativos estabelecidos, as especificações e outras informações contidas neste instrumento, sob pena de recusa do material;
- V. Aceitar que a CURITIBA S.A, se for o caso, durante o período do recebimento provisório da entrega, escolher aleatoriamente uma unidade do produto entregue e solicitar um laudo técnico deste, para verificação das especificações do edital;
- VI. Cumprir todos os prazos tratados neste instrumento;
- VII. Entregar o objeto adquirido dentro das especificações relatadas no Termo de Referência, estando ciente de que os materiais somente serão recebidos se estiverem de acordo com o solicitado; Cumprir todos os prazos tratados neste instrumento;
- VIII. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

pl



CURITIBA



CURITIBA S.A.

V. Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução da entrega do material e da sustação do pagamento;

VI. Efetuar o pagamento ajustado.

14.3. A Contratada deverá cumprir integralmente as disposições previstas, no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

15 - DAS PENALIDADES

15.1. O descumprimento de qualquer condição estabelecida neste EDITAL, no contrato ou instrumento equivalente possibilitará ao Município, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar aos licitantes e à adjudicatária, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Curitiba

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2. Considera-se inadimplemento, a não entrega ou entrega em atraso do objeto contratado ou, ainda, a inexecução, total ou parcial, do serviço contratado, entendendo-se como tais as entregas de produtos ou prestação de serviços que se derem parcialmente em relação à quantidade ou em relação às especificações e condições pré-determinadas.

15.3. A aplicação de penalidade não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais para se ressarcir pelos danos causados, podendo, ainda, reter créditos decorrentes do contrato ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

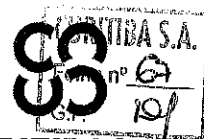
15.4. A advertência poderá ser aplicada para situações de inadimplemento do contrato sem prejuízos à Administração.

15.5. No caso de atraso injustificado na entrega do objeto ou prestação de serviços, ou ainda na execução do contrato, a multa de mora será de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da parcela ou etapa inadimplida, até o prazo máximo de 10 (dez) dias.

pt



CURITIBA



CURITIBA S.A.

15.11. A declaração de inidoneidade aplicada pela Administração Pública de qualquer esfera federativa e a suspensão do direito de licitar ou contratar aplicada pelo Município não têm efeito retroativo e não acarretará a rescisão dos outros contratos vigentes.

15.11.1 A rescisão ocorrerá apenas a partir da data da decisão que irrecorrível que aplica a sanção à contratada, sendo devido o pagamento apenas pelos serviços prestados ou bens fornecidos até então, relacionados ao objeto do contrato.

15.11.2. A aplicação das penalidades previstas no caput deste item impede a nova contratação do sancionado, enquanto durarem os efeitos da sanção, bem como a prorrogação do prazo de vigência de eventuais outros contratos vigentes firmados pelo sancionado.

15.12. Os procedimentos referentes à aplicação de penalidades estão previstos no Decreto Municipal nº 2.038/17, do qual os interessados declaram, ao dar o aceite no sistema, pleno conhecimento.

15.13. Ficam os interessados cientes de que, na hipótese de constatação de formação de conluio ou diante do indício de qualquer crime previsto na Lei de Licitações, o caso será comunicado às autoridades competentes, sem prejuízo das medidas Administrativas cabíveis.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Reserva-se à autoridade competente, o direito de revogar no todo ou em parte a presente licitação visando ao interesse da Administração Pública, devendo anulá-la por ilegalidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o artigo 49 e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

16.2. O Pregoeiro poderá inabilitar a participante, desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fatos ou circunstâncias supervenientes, desabonadoras da empresa ou de seus sócios, nos termos do artigo 43, parágrafo 5º da Lei nº 8.666/93.

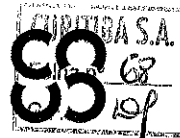
16.3. Ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio é facultado solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos ou objeto apresentados, bem como promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a instruir o processo.

16.4. Para a apresentação dos documentos de habilitação exigidos no Edital de Embasamento que não estejam contemplados na Relação de Fornecedor, será concedido o prazo de 24h (vinte e quatro horas), contados da solicitação do Pregoeiro.

pf



CURITIBA



CURITIBA S.A.

de 48 h (quarenta e oito horas), a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

16.14. A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetivada, conforme a proposta, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas, presentes às Notas Fiscais correspondentes.

16.15. Em caso de não aceitação do objeto, por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa CONTRATADA.

16.16. A fiscalização é exercida no interesse da Administração, não exclui responsabilidade da empresa CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes, presente às Notas Fiscais correspondentes.

16.17. O Pregoeiro poderá inabilitar, desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato ou circunstância, superveniente desabonadora da empresa ou de seus sócios nos termos do artigo 43, parágrafo 5º da Lei Federal nº 8.666/93.

16.18. A critério do setor solicitante, o Pregoeiro poderá solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos ou serviços apresentados, bem como promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a esclarecer a instrução do processo.

16.19. A proponente que vier causar impedimentos ao normal e legal andamento da licitação presente, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causada a entidade licitante, derivado da não conclusão do processo licitatório, bem como do objeto pretendido.

16.20. A empresa vencedora deverá seguir obrigatoriamente as condições exigidas no edital. O não atendimento acarretará na desclassificação da proposta.

16.21. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela empresa vencedora, sem ônus para a CURITIBA S.A.

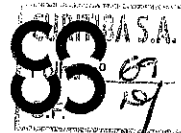
16.22. **Valor Estimado para esta licitação é de R\$ 15.855,50** (quinze mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

16.23. Em atendimento ao Decreto nº 2.038/2017, foram designados como gestor e suplente do(s) contrato(s) originado(s) do presente Pregão Eletrônico, os colaboradores VLADEMIR COSTA COLLARES - Matrícula nº 81.582 e DAVIDSON JOSÉ MOULEPES - matrícula nº 81.599 respectivamente.

191



CURITIBA



CURITIBA S.A.

RELAÇÃO DE ANEXOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2018

ANEXO I : Projeto Básico e Condições de Contratação

pl



CURITIBA



CURITIBA S.A.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E OBRIGAÇÕES:

ITEM 1 : Placa/fachada em chapa de aço galvanizada #28, estruturada de madeira cambará ou pinheiro, fundo na cor branca e preto, letras pretas e brancas, de aplicação de adesivo reflexivo, com dizeres conforme abaixo descrito, medindo 1,20m largura por 1,10m altura, com suporte em caibro para fixação no chão,. (CAIBRO, 2" X 4" X 3M, EM CAMBARÁ OU PINHEIRO, 1ª qualidade, madeira seca e reta.)

PROPRIEDADE

PARTICULAR

ÁREA SOB VIGILÂNCIA

Quantidade : 50

Valor Máximo Unitário : R\$ 317,11 (trezentos e dezessete reais e onze centavos)

Valor Máximo Total : R\$ 15.855,50 (quinze mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Cód. SGP.: 01.08.11.36489-7

19



CURITIBA



- III. Entregar o objeto licitado obedecendo rigorosamente todos os itens do Termo de Referência, parte integrante deste edital;
- IV. Executar o objeto solicitado pela contratante obedecendo aos quantitativos estabelecidos, as especificações e outras informações contidas neste instrumento, sob pena de recusa do material;
- V. Aceitar que a CURITIBA S.A., se for o caso, durante o período do recebimento provisório da entrega, escolher aleatoriamente uma unidade do produto entregue e solicitar um laudo técnico deste, para verificação das especificações do edital;
- VI. Entregar o objeto adquirido dentro das especificações relatadas neste Termo, estando ciente de que os materiais somente serão recebidos se estiverem de acordo com o solicitado;
- VII. Cumprir todos os prazos tratados neste instrumento;
- VIII. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;
- IX. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- X. Responsabilizar-se pelo total atendimento das especificações do objeto licitado. Se no momento da entrega do item, não houver atendimento ao especificado, este será recusado, e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento;
- XI. Estar rigorosamente de acordo com o solicitado, sem a presença de manchas de umidade, bolor, fungos, isenta de qualquer tipo de sujidade;
- XII. Substituir em até 05 (cinco) dias úteis, os itens que apresentarem deformidades ou desconformidades;
- XIII. A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma terceirizar qualquer etapa da confecção e fornecimento dos serviços.

6. OBRIGAÇÕES DA CURITIBA S.A.:

- I. Acompanhar, fiscalizar, controlar e gerenciar o contrato através do gestor indicado, ficando também responsável pelo Atesto das Faturas/Notas Fiscais oriundas do objeto licitado;
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10



CURITIBA



CURITIBA S.A.

10. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os recursos provenientes para o pagamento do objeto licitado são decorrentes de RECURSO PRÓPRIO da CURITIBA S/A

10.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., CNPJ: 76.493.899/0001-93 e deverá ser acompanhada de todos os documentos técnicos dos bens adquiridos (garantia, manual de instrução, etc.);

10.3. O pagamento somente será realizado mediante as comprovações das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa no dia da licitação;

10.4. A não entrega dos bens em perfeitas condições de uso, na data pactuada, implicará nas sanções previstas na lei nº. 8.666/1993 - Lei de licitações e suas alterações, bem como no Decreto nº. 5.450/2005, que regulamenta o Pregão na forma eletrônica.

Curitiba, 28 de Setembro de 2018.


DAVIDSON JOSÉ MOULEPES

Matrícula n.º 81.599 - CURITIBA S.A.

PREGOEIRO